

Presentes:

Membros do Conselho:

Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; David Brito – CORESAN Apucarana; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Janaiara Moreira Seold Berbel – CORESAN Campo Mourão; Tammy Rafaelle Kochanny – CORESAN Curitiba; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – CORESAN Pato Branco; Maria Isabel Corrêa – CORESAN Ponta Grossa; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosângela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Daniele Martin Sandri – IDR-Emater; Flávia Anastácio – CORESAN Cascavel; Célio da Silva Correa – CORESAN Cornélio Procópio; Gilmar Zampiva – CORESAN Ivaiporã; Jaciara Reis – CORESAN Toledo; Marcelo Inácio – CORESAN União da Vitória; Luiz de Mauro – SUDIS; Ricardo Alberto Opolz – SEJUF.

Outros Participantes:

Welinton Camargo – Unioeste; Sophia Brandão – ACELFOZ; Marcos Antônio – CONSEA Foz do Iguaçu; Elias de Sousa Oliveira – SMAS; Ana Maria Schmidt – SMAS; Aline Luiza Führ – SMSA; Maiara Constante – Centro Universitário; Aline C. Chrustmann – SMED; Debora Magalhães – CONSEA Foz do Iguaçu; Miriam S. S. Bervian – SMDHRC; Roselene Sonda – MPPR.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura;
2. Aprovação de pauta e ata;
3. Nota Técnica e Painel SISAN – Roselene Sonda/Ministério Público do Paraná;
4. Adesões ao SISAN – Neto
5. Informes DESAN/SEAB – Márcia;
6. Conselho de Economia Solidária/SEJUF - Ricardo;
7. Perspectivas do PNAE na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e do Desenvolvimento Sustentável – Prof. Doutora Jaciara;
8. A (in) segurança alimentar das pessoas com necessidades alimentares especiais – Prof. Doutora Flávia Anastácio;
9. Terceirização da Merenda Escolar – Câmara DHAA;
10. Relato das Coresan's;
10. Situação de insegurança alimentar das populações indígenas – Conselheira Maria Isabel;
11. Encerramento.

Memória: Dando início à reunião, a Presidente do CONSEA Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes, agradece a participação de todos e todas e também expressa a sua gratidão ao Sindicato Rural de Foz do Iguaçu por ceder o espaço para a 1ª Reunião Ordinária presencial de 2022. Em seguida, o Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Elias, saúda a todos em nome do Prefeito Chico Brasileiro. Ele relata que, durante a pandemia, a Segurança Alimentar e Nutricional teve um papel central para garantir, minimamente, em conjunto com a Assistência Social, a atenção às famílias mais pobres e vulneráveis. Ele relata que estão cientes de que Foz do Iguaçu tem uma dívida com o CONSEA e que ainda estão construindo o processo de adesão ao SISAN. Nos últimos tempos, de acordo com o Secretário, voltamos para o mapa da fome e para o conjunto das desigualdades sociais, além de ampliarmos o mapa da pobreza no Brasil e no Estado do Paraná. Para exemplificar a situação, ele relata que, em Foz do Iguaçu, até março de 2020, tínhamos 29.900 famílias no Cadastro Único que apresentavam algum nível de vulnerabilidade, desde a extrema pobreza até a vulnerabilidade variável pelo corte do salário mínimo; hoje o número de famílias inscritas no CadÚnico subiu para 45 mil. Essa estatística já é suficiente para pensarmos em responsabilidades, compromissos e defesa das políticas públicas. Na sequência, a Presidente Roseli encaminha a aprovação da pauta, contando com uma alteração proposta pela conselheira Maria Isabel, que sugeriu abordar a questão dos indígenas em Curitiba. Assim sendo, a Presidente Roseli encaminha a aprovação da pauta da proferida reunião, bem como da ata da plenária do mês de dezembro de 2021. Na sequência, Roselene Sonda, Assistente Social e Assessora Técnica do Ministério Público, dá início a sua pauta e faz uma breve apresentação sobre o Centro de Apoio de Direitos Humanos do MP, órgão que tem a função de prestar apoio técnico e jurídico a todas as promotorias de justiça que atuam na ponta, isto é, nos municípios e nas Comarcas. Ela segue dizendo que, no eixo de atuação relacionado ao direito humano à alimentação adequada, foram eleitos dois projetos estratégicos: um que se refere ao monitoramento do cumprimento dos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar para a compra de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE, e outro denominado Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN. É na perspectiva de execução deste projeto que o MP, por meio desse Centro de Apoio de Direitos Humanos, colocou à disposição da sociedade e das Promotorias de Justiça e o Painel SISAN, ferramenta de monitoramento do SISAN no Paraná. Ela explica que, nesse contexto de efetividade do direito fundamental à alimentação adequada, o Ministério Público elaborou a Nota Técnica nº 1/2022 que pode ser encontrada na página do próprio Painel SISAN. Ela informa que a Nota Técnica foi construída com a assessoria técnica, jurídica e social e que sua elaboração contou com a participação dos promotores e procuradores de justiça. Em seguida, a Assistente Social Roselene Sonda faz a leitura e discussão dos principais pontos abordados na referida Nota Técnica. Adiante, Roselene passa a fazer a explanação do Painel SISAN, que foi construído por meio do Termo de Cooperação entre o MP e o Consea Paraná. O Painel foi construído e alocado na Plataforma ATUAÇÃO e pode ser encontrado nas páginas do Ministério Público e do CONSEA. Essa ferramenta mostra a situação de adesão no Estado do Paraná e foi estabelecida para orientar os promotores de justiça em suas COMARCAS; ademais, é utilizada pela sociedade civil organizada a fim de monitorar a situação das adesões. No Painel SISAN, Roselene relata ser possível filtrar a pesquisa por município, por CORESAN e por COMARCA, e as respostas apresentadas no mapa são divididas em escala gradiente de cor azul, que classifica os municípios em 5 categorias: do nível 5 - que caracteriza a adesão total ao Plano Municipal vigente - ao nível 0 - que caracteriza a inexistência dos componentes e do Plano Municipal. Por fim, ela relata que há um formulário eletrônico disponível no Painel SISAN para que a sociedade encaminhe situações dos municípios, informações qualificadas sobre o não funcionamento de determinados componentes do

Sistema e outras sugestões referentes ao uso e funcionamento do Painel SISAN. Essas sugestões e relatos serão validados, enviados para o Centro de Apoio e repassados ao CONSEA, possibilitando assim estabelecer e melhorar as estratégias de abordagem dos municípios e reconhecer quais componentes não estão funcionando na prática. O Secretário Executivo Valdenir faz um adendo e relata que estão realizando visitas nos municípios com a ajuda desse mapa, sobretudo os que apresentam o gradiente de azul mais claro, e esse tipo de análise é ótimo para monitorar os municípios. Em resposta a uma questão do conselheiro Pastor Célio, que abordou o desinteresse de municípios em aderirem ao SISAN e questionou a existência de algum documento que apoiasse as CORESAN's nesse caso, o Secretário Executivo Valdenir relata que o CONSEA e a CAISAN/PR enviarão um Ofício e a Nota Técnica anexada para todos os Presidentes de Câmaras Municipais e Prefeitos(as) informando que os municípios que não estão aderidos ao SISAN serão notificados pelo Ministério Público. Ainda nesse contexto, o Secretário Executivo informa que os municípios possuem autonomia para não aderirem ao SISAN e que cabe ao MP e aos órgãos públicos relacionados a criação de mecanismos para lidar com essa situação. Exemplificando com o caso do seu município, o Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Elias, relata que não fizeram a adesão ao SISAN e explica o seu contexto. Ele comenta que é necessário olhar que, até 2016, a gente tinha uma política nacional de indução aos municípios, e isso provocava um efeito completamente diferente. A partir de 2016, com o desfinanciamento não só da Segurança Alimentar, mas também de todas as outras políticas, o funcionamento e manutenção das estruturas passou a ser dos municípios. O Secretário Executivo Valdenir, sobre a descontinuidade da política pública e os cortes de recursos mencionados pelo Secretário Elias, relata que a CAISAN Brasília tem mandado e-mail para que as emendas parlamentares sejam divulgadas e que tem pedido para que os CONSEA's instruem os municípios a procurarem Deputados Federais e solicitarem deles emendas parlamentares, pois não há mais recursos carimbados para a política pública. Nesse sentido, o Sr. Valdenir pede consciência no voto dos representantes neste ano, principalmente no que diz respeito à escolha de um Deputado Federal que tenha preocupação com causas sociais e políticas públicas. Em seguida, o conselheiro Davi relata que, em sua CORESAN, há municípios que estão na cor mais clara do mapa do SISAN, indicando que há a inexistência de certos componentes requeridos para o SISAN, porém esses municípios possuem muitas ações e equipamentos de segurança alimentar. Dessa forma, o conselheiro sugere a criação de um indicador para o número de ações e número de equipamentos de segurança alimentar. O conselheiro Adalberto Sabino faz um comentário acerca do caráter múltiplo dos componentes da Política de SAN e relata que, muitas vezes, o avanço dessa política tende a recuar durante a alternância de mandatos de prefeitos. Por sua vez, a conselheira Marilze questiona se há uma articulação do Ministério Público de provocação para cobrar a reconstituição da Política Nacional. Em resposta, a Assistente Social Roselene declara que cabe ao MP Federal a atribuição de cobrar a reconstituição da Política Nacional. Assim sendo, o MP do Paraná não pode cobrar que o MP Federal reconstitua a Política Nacional. Voltando-se para a questão do Conselheiro Davi, ela comenta que não custa instituir os mecanismos de controle de monitoramento e de participação social. Além disso, ela relata que, se o município não quiser aderir ao SISAN, deve comprovar que há mecanismos necessários para a realização do DHAA, incluindo a participação da população. Por fim, a conselheira Maria Isabel comenta que essa Nota Técnica é importante, pois os municípios terão que mostrar as ações realizadas em prol do enfrentamento da fome em nosso país. Dando início à pauta dos informes do DESAN/SEAB, a conselheira Márcia aborda a questão da distribuição gratuita de benefícios durante o período eleitoral. Ela explica que tal distribuição é permitida apenas nos casos previstos em lei, e, como o Compra Direta e o Banco de Alimentos são programas que não estão previstos em lei, será necessário realizar uma consulta na Procuradoria Geral do Estado para que não ocorra uma

descontinuidade na distribuição dos alimentos. Em seguida, a conselheira Márcia passa a relatar sobre o Compra Direta, programa que atende 1.100 entidades filantrópicas e que está com a contratação de 147 cooperativas da agricultura familiar, beneficiando, em média, 18.500 agricultores nas associações e cooperativas. Ela informa que o limite aumentará para 40 mil reais por agricultor neste ano e explica que estão trabalhando com o recurso de 30 milhões de reais. Ela relata que utilizam o Guia Alimentar da População Brasileira para priorizar os alimentos e que trabalharão com os mesmos grupos alimentícios: frutas, legumes, panificados, ovos, sucos e polpas, complementos, feijão, arroz, farinhas, hortaliças e temperos. De acordo com ela, as frutas, legumes, hortaliças e temperos terão uma frequência de entrega semanal; a de panificados e ovos e complementos será mensal; a de arroz, feijão, farinhas, sucos e polpas será trimestral. Ela explica que, no ano de 2021, houve 190 organizações da agricultura inscritas no programa, das quais 147 foram classificadas. Essa classificação, segundo ela, possui critérios de prioridade para selecionar as organizações inscritas: se for uma organização do município – 16 pontos; se for do núcleo regional da agricultura – 12 pontos; se for da região agregada – 8 pontos, ou seja, há uma priorização pelas organizações mais próximas. Além disso, a classificação conta com uma pontuação extra: 1 ponto para as organizações que possuam 50% do total de associados PCT's, mulheres, assentados e jovens; 2 pontos para a organização que trabalha com orgânico. Uma das novidades deste ano é a redução do percentual de orgânicos, pois, até 2021, apenas 18 cooperativas pontuavam nesse quesito. Outra novidade é que o município que tiver o maior número de agricultores receberá 16 pontos. Partindo para as etapas do processo de inscrição do Compra Direta, Márcia aponta que o processo se inicia com um cadastro, seguido pelo pré-projeto de venda e pela classificação e habilitação das organizações. Após a classificação e habilitação, o sistema gera o projeto de venda de quem venceu, seguido pela homologação e a contratação da organização. Na sequência, Márcia faz um relato sobre a execução do Compra Direta de 2020, no qual consta que foram gastos 20% do recurso com arroz, 20% com legumes, 15% com frutas, 10% com panificados, 9% com complemento, 8% com hortaliça, 7,6% com suco, 4% com tempero; com feijão, o percentual de gastos não passou de 5%. A composição de 2021 trouxe algumas mudanças; o percentual de arroz diminuiu para 18%, o percentual de legumes diminuiu para 17%, o de ovos atingiu 4% e o de feijão ultrapassou 5%. A proposta para 2022, ela relata, é fornecer um percentual diferente de grupo de alimento para cada município, tornando possível escalar as entregas dos alimentos, aumentar o valor por agricultor para 40 mil por ano e implementar o romaneio eletrônico para melhorar as entregas. Outra novidade é que estão fazendo a pauta CRAS com e sem perecíveis, pois certos CRAS não possuem estrutura para receber determinados alimentos. Acrescido a isso, farão a autorização da terceirização do processamento de mel e ovos. Ela comenta ainda que não adianta colocar vários grupos e diminuir a quantidade de alimentos. Após pedidos relacionados à inclusão de novos alimentos ao programa, como a carne de tilápia da região central do Paraná e o café das cooperativas de Jacarezinho, Márcia relata que gostariam de abrir para mais alimentos, mas o problema é que qualquer inclusão é difícil por conta do baixo recurso, então a prioridade, no momento, é conseguir comprar os alimentos básicos. O Secretário Elias relata que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná não aceita esse tipo de especificidade, como é o caso do café da agricultura familiar, nos processos licitatórios. Assim, ele sugere que o CONSEA faça uma incidência política e dialógica com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná para que este produza uma Nota Técnica reconhecendo um desses elementos no processo licitatório. Encerrando a sua pauta, Márcia relata que estão tratando com o aditivo de 61 centrais que possuem a vigência até setembro de 2022 e que, além disso, 35 novas centrais receberão um caminho, apesar de muitos desses municípios, conforme adendo do Secretário Executivo Valdenir Neto, não possuem capacidade de resposta para usá-los. Ele comenta que os municípios de médio

porte que poderiam utilizar o caminhão estão usando um carro saveiro. Márcia informa que o Governo Federal selecionou esses municípios com base nos novos municípios que entraram no PAA e que o problema será realizar uma troca entre esses municípios. O Secretário Elias relata que, até um tempo passado, nesses processos, havia uma análise técnica e um diálogo para avaliar as condições de recebimento e de execução, pontos que eram acordados no pacto de cofinanciamento e transferência. Hoje, de acordo com ele, não há mais possibilidade de realizar esse acordo, e os municípios que negam o recebimento e justificam os seus casos terão suas justificativas publicadas no site da União. A conselheira Maria Isabel questiona se o CONSEA pode atuar nesse embate. Márcia, em resposta, informa que o CONSEA poderia delimitar um número de habitantes mínimo para receber o veículo. O conselheiro Adalberto Sabino salienta que não há diálogo com o Governo, portanto cabe ao CONSEA estabelecer um contato com os municípios para questioná-los a respeito da necessidade de usar o veículo. A conselheira Maria Isabel faz uma proposta de encaminhamento para que a Câmara de Políticas Públicas produza um documento explicitando o número de habitantes, os dados do PAA e uma análise dos municípios, estabelecendo os critérios mínimos e as respectivas pontuações para o recebimento de veículos. Por fim, Márcia relata que, durante a pandemia, foi autorizada a entrega do leite em 2 dias por semana, e, agora que a situação está mais estável, foi solicitado o aumento das entregas para 3 vezes por semana, frequência padrão de entregas semanais, porém as usinas produtoras de leite apresentaram reclamações perante esse retorno às condições normais. Ainda assim, as entregas passarão a ocorrer 3 vezes na semana. Caso as entregas permaneçam em uma frequência de 2 vezes por semana, foi solicitado que a vigilância se manifestasse com relação às condições adequadas. Seguindo para a próxima pauta, o conselheiro Ricardo agradece pelo convite e dá início a sua fala sobre o Conselho de Economia Solidária. De início, ele relata que trabalha no Departamento do Trabalho na Secretaria da Justiça, Família e Trabalho e que, no seu departamento, entre outras atividades, há a Economia Solidária. Ele informa que a Lei nº 19.784/2018, que dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária, redigida pelo professor Lemos, estava em processo de regulamentação. Após debate entre as entidades envolvidas e o Estado, a Lei foi regulamentada por meio do Decreto nº 3.932/2020. O próximo passo, de acordo com o conselheiro, foi nomear os membros do Conselho com o Decreto nº 9.818/2021. No dia 15 de fevereiro de 2022, ocorreu uma solenidade no Palácio do Iguaçu para nomear publicamente os membros. Na sequência, ele menciona que estão trabalhando em várias frentes, como o Cartão Futuro, o Recomeça Paraná, que se trata de capacitação de pessoas empreendedoras, em acordo com o SEBRAE, e a Carreta do Conhecimento. Nesse contexto, a conselheira Maria Isabel relata que, no projeto Carreta do Conhecimento, há muitos cursos de mecânica, hidráulica, manutenção de ar condicionado, oficina de motos, até o curso de panificação e de costura que são cursos alternativos, mas, mesmo nesses cursos, as vagas não são ocupadas por mulheres. Dessa forma, ela relata que muitas mulheres não estão recebendo a informação da oferta dos cursos. O conselheiro Ricardo relata que formar um grupo de estudo tem sido difícil, há uma grande dificuldade para formar turma, principalmente em relação aos jovens. Ele declara que passará adiante essa demanda, pois, de fato, é necessário readequar esse processo para levar o conhecimento à população. Em seguida, ele agradece pelo momento de participação e coloca-se à disposição para o que for necessário. Na sequência, a conselheira Jaciara dá início à pauta Perspectivas do PNAE na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e do Desenvolvimento Sustentável, tema que foi objeto de estudo na sua tese de doutorado. O seu trabalho, cujo título é “Implicações teóricas e metodológicas para a implementação do Programa de Alimentação Escolar Sustentável em Marechal Cândido Rondon”, possui o foco de mostrar como há muitas políticas públicas utilizadas como instrumento de segurança alimentar e nutricional, mas não há um entendimento claro de como essa relação se estabelece e funciona. O questionamento que ela propõe

está relacionado ao fato de não haver avanço nas questões de agroecologia, de agricultura familiar, de desenvolvimento sustentável e de SAN, mesmo havendo ao menos 399 nutricionistas nos municípios do Estado trabalhando nesse contexto. Ela comenta que é necessário criar uma rede de atores fortes que representem instituições e que, juntos, façam as coisas acontecerem. Ela relata que, em 2016, o município Marechal Cândido Rondon foi o primeiro município do PR a ter uma lei que regulamenta a compra de 100% de alimentos orgânicos para a alimentação escolar utilizando recursos federais. Hoje, há 52 mil habitantes no município e em torno de 6 mil alunos; com esses 6 mil alunos, foi gasto 1 milhão e 600 mil reais. Na sequência, ela passa a falar sobre a Revolução Verde, a industrialização de alimentos e as doenças crônicas. Ela relata que houve uma introdução de alimentos industrializados escoados pelos Estados Unidos e Canadá no período pós-guerra. Com a introdução desses alimentos industrializados, a população mudou o comportamento alimentar, o que acarretou o aumento dos casos de doenças crônicas no Brasil e dos gastos com a saúde pública. Em seguida, ela aborda o tema da agroecologia. Ela põe-se a questionar de que forma as famílias que trabalham com a sustentabilidade serão sustentadas pelas políticas públicas. O Estado do Paraná tem trabalhado nesse sentido, tanto com o Compra Direta Paraná quanto com o PNAE. Ela comenta que, em 2012, no seu município, havia apenas 2 produtores certificados; hoje há quase 30 produtores, envolvendo ao todo 50 famílias. Assim, quando há fomento, os produtores têm interesse em fazer a transição para alimentos orgânicos. É necessário, portanto, garantir, por meio de mercados institucionais, que pelo menos aquela produção tenha um destino certo, e é isto que se tenta fazer: promover uma sustentabilidade econômica, social e ambiental associada ao crescimento econômico. Na sequência, a Doutora Jaciara traz à tona o que desenvolveu em sua tese de doutorado, que foi desenvolvida em 4 artigos. O primeiro artigo aborda a multidimensionalidade do PNAE e propõe diretrizes e variáveis que possam ser aplicadas nos municípios para que o gestor da alimentação escolar tenha ciência das suas ações, de quais seriam seus próximos passos e de quais pessoas podem ser envolvidas no processo. O segundo artigo trabalha sobre uma rede de atores atuantes na região de Marechal Cândido Rondon, rede que foi importante para a implementação da política dos alimentos orgânicos. Ela ressalta a importante participação do CONSEA Municipal, dos produtores e da União e relata que, ao todo, vários projetos são desenvolvidos para o fortalecimento dessa rede de atores. Essa rede não é permanente, ou seja, a tendência é de que alguns atores enfraqueçam de acordo com o cenário político e o contexto social, como ocorreu com a Itaipu, que foi fundamental no passado, mas que agora perdeu espaço. O terceiro artigo fala sobre implementação. Nesse contexto, a Doutora relata a tentativa de fazer um *framework* para mostrar às pessoas quais foram os caminhos percorridos, de onde partimos e aonde chegamos. Esse percurso foi dividido em duas fases: o primeiro pensamento que deve ser construído é visualizar que isso um direito garantido na nossa constituição, a segunda fase é pensar que a administração pública só vai ser efetiva quando houver um planejamento estratégico, pois há metas para serem cumpridas e é preciso ter persistência com as políticas de proteção social. Nesse sentido, ela cita a ética do cuidado de Leonardo Boff, a sua responsabilidade como nutricionista frente à alimentação escolar é esta: cuidar de pessoas e cuidar de vidas que não sabem fazer escolhas próprias adequadas. É por esse motivo, ela relata, que, em 2012, a primeira ação que fez como nutricionista foi mudar o cardápio da merenda escolar. Ela também explica como se deu o processo para atingir 100% de compra da agricultura familiar no decorrer dos anos seguintes. O primeiro passo, de acordo com ela, foi estudar a lei; o segundo foi capacitar novos atores, como agricultores e cozinheiras; em 2016, implementou-se a Lei Municipal com o apoio da Itaipu, do Programa Cultivando Água Boa e da cidade de São Paulo; outro passo foi divulgar as ações do município, trazendo reações positivas para ele, buscar a intersetorialidade entre Secretarias, como as Secretarias da Agricultura, da Saúde, da Assistência Social, do Esporte e da Cultura, implementar e

regulamentar a Lei, que envolve todo um trabalho de efetivação dos planos de apoio para o consumo educacional e para os produtores e um observatório de alimentação adequada, saudável e sustentável; por fim, ela aborda a questão orçamentária e relata que o aumento de 30% do pagamento para produtores de alimentos orgânicos e de 10% para quem está em transição não tem um impacto grande orçamentário, pois todos os produtos ultraprocessados foram retirados do cardápio, os quais eram, muitas vezes, mais caros. Quanto ao quarto artigo, esse trata da atuação durante o período de pandemia de Covid-19. Ela comenta que a alteração da Lei nº 13.987 foi muito importante, mas que ainda foi necessário lutar pelo direito dos pequenos produtores de fazer a entrega dos alimentos. Com isso, cerca de 75% do recurso do FNDE de 2020 foram gastos com agricultura familiar, demonstrando como foi priorizado o pequeno agricultor. Encerrando a sua fala, ela destaca a necessidade de controlar e fiscalizar, de fortalecer os Conselhos Municipais e de buscar e unir as pessoas para avançar nas políticas públicas de proteção social. Em seguida, a Assistente Social Roselene Sonda explica que o MP está enfrentando dificuldades no projeto sobre a obrigatoriedade de atingir, no mínimo, 30% de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar. Enfrenta-se essa dificuldade, de acordo com ela, porque o FNDE não divulga os indicadores de cumprimento dos 30% nos municípios do PR desde 2017. Dessa forma, ela solicita publicamente para que a conselheira Jaciara encaminhe o seu projeto, tendo em vista que há um carecimento de ideias de operacionalização e articulação com os municípios e atores envolvidos. Roselene questiona se há algum estudo de indicadores de saúde das crianças em seu trabalho. Jaciara responde negativamente e informa que se baseou nos estudos realizados em SP. O conselheiro Marcelo questiona se o pequeno agricultor também poderá fazer parte nas licitações, tendo em vista que abrirão licitação em sua região e que comprarão apenas de agricultores que estão em cooperativas, deixando o restante dos agricultores por fora. Em resposta, a Doutora relata que a chamada pública é aberta para produtores individuais e para produtores que estão associados, mas que pela lei a prioridade é para aqueles que estejam em grupos formais. A conselheira Daniele Martin questiona como se dá a assistência técnica para os agricultores e qual o número de técnicos que trabalham com os produtores. Quanto a transição dos agricultores, a conselheira pergunta como é feito o controle de cada produtor que está processo de transição para o orgânico. Por fim, ela questiona sobre a aceitabilidade de determinados alimentos que são diferentes daquilo que seria considerado o alimento mais comum. Em resposta, a conselheira Jaciara relata que obtiveram um grande apoio no passado da Biolabore, do IDR e do CAPA, nesse ano, no entanto, por conta do enfraquecimento da Biolabore e do CAPA, eles contarão com o apoio de um profissional contratado pela prefeitura que ainda está em processo de contratação. Nesse tempo, porém, os agricultores continuarão desassistidos, pois apenas o IDR não dá conta de todos. Sobre o controle de agricultores em transição, Jaciara explica que a própria Rede Ecovida realiza um plano de manejo em conjunto com os técnicos e depois são os próprios técnicos que garantem que os agricultores estejam em um processo correto de transição. Quanto a aceitabilidade, ela relata que, no início, foi complicado, mas, com o tempo, após um trabalho de desenvolvimento de novas receitas e de diálogo com as pessoas envolvidas, obtiveram respostas positivas. Na sequência, a presidente Roseli agradece a participação da conselheira e a parabeniza pela ótima apresentação e pela recente defesa de seu doutorado. Em seguida, ela abre espaço para a pauta de insegurança alimentar das pessoas com necessidades alimentares especiais com a Doutora Flávia Anastácio. De início, a Doutora faz um breve relato sobre os casos de doença celíaca em sua família e explica que muitas situações no Brasil se caracterizam como violação, pois não há nenhuma diretriz nacional para o atendimento às necessidades alimentares especiais, nem política pública nacional para o atendimento a essas necessidades. As necessidades alimentares especiais possuem seguridade institucional nos Direitos Humanos, mas, de acordo com ela, esses direitos são muito vulneráveis. Ela lê um trecho do livro de Mário Frota sobre o imperativo

de cidadania e o princípio de proteção da vida e da saúde humana e põe em pauta algumas das dificuldades que pessoas celíacas enfrentam, como a presença de glúten em águas engarrafadas, produção de sojas contaminadas, falta de políticas públicas intersetoriais, o fato de que muitos municípios não possuem nutricionistas para fazer o papel de orientação nutricional, de que o atendimento com pessoas celíacas tende à invisibilidade e que a interface do desconhecimento e a da vulnerabilidade são constantes. Em seguida, ela passa a falar sobre o grupo de pessoas com alergias alimentares, que são as pessoas com risco de morte iminente. Outro grupo didático mencionado pela conselheira Flávia Anastácio é o grupo das alergias alimentares especiais genéticas ou estruturais. Aqui, encaixa-se a celíaca, que é a alteração genética mais presente na população brasileira, com cerca de 25% da população com essa alteração genética. Outra alteração estrutural é a fenilcetonúria, cujo diagnóstico é feito no teste do pezinho e é o atendimento à necessidade alimentar especial mais bem monitorado. Há também os anêmicos falciformes, que são cadastrados no SUS. Outro grupo de alimentação especial é relacionado com patologias e agravantes. Nesse grupo incluem-se os cardiopatas, diabéticos, hipoglicêmicos, insulino dependentes, pessoas com dislipidemia e pessoas com algumas patologias documentadas de hipertensão arterial, pessoas com agravante ou comorbidade que requerem, por certo período de tempo, alimentação especial. Por fim, há o grupo das autoadesões, dos voluntários e de pessoas com causas religiosas, neste último englobam-se o veganismo, o vegetarianismo, a alimentação Halal (alimentação que segue os desígnios muçumanos) e a alimentação Kosher (alimentação que segue os desígnios judaicos). Nesse sentido, ela destaca que o PNAE tende a compreender certas necessidades alimentares religiosas e a não compreender outras, algo que tem sido um desafio, pois há municípios que, por conta disso, atenderão alguns grupos e deixarão de atender outros. No caso do glúten, a conselheira Flávia Anastácio explica que há uma nova designação, tendo em vista que é a alteração genética mais frequente da população brasileira e que, além disso, há o fato de que foi assinado um tratado de compra do excedente da produção de trigo dos EUA, algo que envolve complicações diplomáticas imensas. Por fim, a Doutora Flávia Anastácio traz a questão de quais ações seriam necessárias para superar essas barreiras. Ela informa que seriam necessárias alterações arquitetônicas nos locais de manejo de alimento, como cozinhas escolares e hospitalares; alterações comunicacionais e informacionais; alterações técnicas e instrumentais para produzir alimentos aptos ao consumo; alterações atitudinais, pois é importante haver uma participação conjunta dos membros das instituições e romper com a herança histórica de segregação e também alterações institucionais, no sentido de priorizar as ações institucionais como emendas constitucionais. Para ela, as frentes que requerem ações urgentes são na educação e formação de profissionais da saúde, da educação, da alimentação e da justiça; na divulgação e disseminação; na alteração da rotina e do ambiente; no pensamento dos impactos pessoais, sociais e financeiros, pois há muitas dificuldades em atendimentos psicológicos e nutricionais. Em seguida, tendo em vista a pauta discutida, o conselheiro Marcelo lança um desafio: tendo em vista que dia no 16 de outubro comemora-se o dia mundial da alimentação saudável, ele propõe realizarem um evento da alimentação saudável e adequada baseado em alimentos aptos para o consumo de pessoas com intolerância, alergias ou desordens. Na sequência, a Presidente do CONSEA Roseli elogia o trabalho apresentado pela nutricionista e dá início à discussão da pauta sobre a terceirização da merenda. A Presidente do CONSEA relembra sobre as manifestações realizadas por diferentes órgãos e Deputados e informa que já ocorreram audiências públicas discutindo essa questão, mas que é importante deixar oficialmente registrado o documento elaborado pela Câmara de Direitos Humanos e encaminhá-lo ao Secretário da Educação, à Casa Civil, ao Secretário da Agricultura, ao Presidente da FUNDEPAR e ao Ministério Público. Em seguida, a conselheira Marilze Brandão faz a leitura do documento que aponta as questões da alimentação orgânica na merenda escolar e da compra dos

produtos de agricultores familiares que traz desenvolvimento social e econômico para milhares de famílias rurais do Paraná. Na sequência, após debate dos conselheiros e conselheiras, o documento é definido da forma em que foi proposto, sem alterações de conteúdo. Dando início à pauta dos relatos das Câmaras Temáticas, o conselheiro Marcelo da CORESAN da União da Vitória relata que, na época em que iniciou seus trabalhos, a CORESAN não tinha publicação, regimento interno dos CONSEA's Municipais, nem Plano Municipal de SAN, mas, após um trabalho realizado diretamente com todas as CAISAN's, agora todos os municípios estão com os Planos prontos para serem publicados. Ademais, ele informa que estão planejando um projeto que visa direcionar as sobras de produtos das feiras de agricultores da região para instituições filantrópicas, e, em contrapartida, o município entregaria para esses agricultores hora/máquina, insumos, adubo e calcário. Ele também explica que União da Vitória possui 2 milhões de reais em equipamentos de segurança alimentar guardados em um galpão e que, na próxima reunião de abril, farão um parecer do CONSEA para montar a Panificadora Escola e a Cozinha Escola com esses equipamentos. Por fim, ele informa que estão escrevendo um projeto chamado União Alimenta, projeto que visa distribuir alimentos para as famílias com vulnerabilidade com intermédio da prefeitura. Em seguida, o conselheiro Pastor Célio da CORESAN de Cornélio Procópio relata que realizaram uma reunião com os representantes de todos os municípios da região para debaterem sobre a adesão ao SISAN. Após essa reunião, ele explica, os municípios Sertaneja, Itambaracá e São Sebastião da Moreira iniciaram o processo de adesão ao SISAN. Por fim, ele comenta que estão ativos e que atendem individualmente os municípios para tratar sobre a adesão ao SISAN. Na sequência, a conselheira Flavia relata que entrou substituindo a Judite na CORESAN de Cascavel. Ela explica que esta é uma região muito grande, com muita diversidade de municípios e que está sem boas perspectivas, visto que ainda há resistências declaradas pela não adesão ao SISAN. Sobre a CORESAN de Pitanga, a Presidente Roseli relata que tiveram reuniões até novembro e que fizeram um pequeno planejamento de visita aos municípios. O conselheiro Gilmar Zampiva da CORESAN de Ivaiporã deixa clara a intenção de se aproximarem de Pitanga, pois com a ajuda do município poderão avançar em algumas questões que ainda requerem cuidados. Para finalizar a pauta, a Presidente Roseli e o Secretário Executivo Valdenir relembram sobre o espaço de consulta das CORESAN's no site do CONSEA, local que todos podem utilizar para divulgar suas notícias locais e inserir seus documentos. Em seguida, a conselheira Maria Isabel dá início à pauta dos indígenas. No uso da palavra, ela relata que todo ano um grupo de indígenas se dirige até Curitiba para vender seus artesanatos e que até o início da pandemia da covid-19 ficavam alocados em uma casa de passagem no centro da cidade. No entanto, devido a pandemia, essa casa foi fechada e realocada para outros fins, fazendo com que esses indígenas ficassem sem um local garantido para ocupar durante o período. No final de novembro do último ano, ela relata que cerca de 40 indígenas Kaingang com seus filhos se dirigiram para Curitiba com o intuito de vender seus artesanatos, mas que, como não possuíam local para se hospedar, ocuparam locais inóspitos como viadutos e depois fizeram um acampamento na frente da SEJUF. A conselheira explica que esse grupo ficou sem apoio, até que a FAS, após negociações, cedeu um local para que todos ficassem juntos. Contudo, a essa altura, o número de integrantes do grupo já havia aumentado. Depois, já alocados nessa casa, muitas crianças adquiriram escabiose, indicando a precariedade do local. A conselheira explica que o grupo está sem apoio da FUNAI e da SESAI que alega não terem obrigatoriedade de atender indígenas fora de suas aldeias. De acordo com ela, na casa de passagem até o momento, o número de indígenas atinge 230 pessoas, e há falta de alimentos para todos, não há entrega de cestas básicas e a cozinha está sem estruturas e utensílios próprios para preparo de alimento. Ademais, a casa em que esse grupo está hospedado é alugada pela prefeitura e o pagamento dessa locação está em atraso. Por fim, ela comenta que a responsabilidade pela resolução não é apenas

da FAS, é também do Estado, e ela relata que, por meio do Banco de Alimentos, conseguiram doações de alimentos. No que tange o leite, que é insuficiente para as 50 crianças que estão presentes no grupo, com o auxílio do Secretário Executivo Valdenir, pensaram na ideia de direcionar as sobras do Programa Leite das Crianças das escolas da região. Por sua vez, a conselheira Rosangela propôs fazer uma consulta na Secretaria de Estado da Educação e do Esporte para averiguar se é possível fazer entrega de alimentos para as crianças. O Secretário Executivo Valdenir relata que, antes de consultarem órgãos para ajudarem na questão das crianças, será necessário realizar um mapeamento da faixa etária de cada uma, pois há muitas crianças na fase 1 do ensino fundamental, passando assim a ser competência da prefeitura de Curitiba, não do Governo do Estado. Já para os mais velhos, esses deverão obrigatoriamente ser matriculados nas escolas mais próximas para que recebam toda a assistência necessária. A conselheira Adriane questiona se o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná ainda está operante, porque essa também é uma responsabilidade do órgão. Sobre isso, a Conselheira Daniele que estava presente informa que o órgão está operante, porém, não há quórum da sociedade civil, tendo em vista que há uma dificuldade para que as pessoas estejam presentes nas reuniões por conta da distância de suas comunidades. Em seguida, Roselene Sonda relata que um diagnóstico de segurança alimentar desses povos indígenas é fundamental e que talvez seja possível contar com o auxílio de universidades para fazer o levantamento das informações. Além disso, ela comenta que não faz parte do eixo em que trabalha, mas poderá descobrir quais ações já foram encaminhadas no MP a esse respeito. Roselene questiona se há beneficiários do Compra Direta que fornecem alimentos para povos indígenas. A conselheira Márcia informa que eles estão cadastrados no CRAS e que estão recebendo alimentos no momento. Desse modo, a pedido da conselheira Maria Isabel, Márcia se prontifica a fazer o levantamento de quais povos indígenas estão recebendo alimento por meio do Compra Direta. A conselheira Adriana comenta que, se for necessário, é possível coletar dados relacionados à saúde de indígenas com o Distrito Sanitário Especial Indígena, que possui sede em Curitiba e que faz acompanhamento assistencial em aldeias indígenas. Márcia dá a sugestão de convidarem, para a próxima reunião, o Secretário da Agricultura de Laranjeiras, pois a maior comunidade indígena do Estado se encontra nesse município. Encerrando essa questão, Maria Isabel faz o encaminhamento de uma força tarefa que terá o objetivo de reunir levantamentos efetivos e necessários para que formem um quadro bem estruturado do cenário em que os indígenas vivem. O Secretário Executivo Valdenir, por sua vez, topicaliza as questões emergenciais para serem discutidas: 1) para o caso do leite, ele relata que é necessário mapear, identificar e cadastrar as entidades que tenham CNPJ e que representam os indígenas e fazer o levantamento das escolas que estão nas regiões, para avaliar a quantidade de sobras de leite e fazer o rearranjo desses produtos; 2) outro ponto é analisar, com o auxílio da conselheira Márcia, como está a situação de entrega de alimentos para os indígenas no Compra Direta; 3) discutir com a SUDIS e com o Presidente do Conselho dos Povos Indígenas e incluir a pauta da criança indígena na reunião com o CEDCA, que possui recursos próprios e consegue deliberar mais rápido e agir de forma imediata. Por fim, a Conselheira Maria Isabel sublinha que o encaminhamento da Câmara de DHAA é receber todos os subsídios da força tarefa e construir os documentos e, possivelmente, a depender da quantidade de informações reunidas, uma Nota Técnica. Na sequência, finalizando a 1ª Reunião Ordinária de 2022, a Presidente Roseli deseja a todos um excelente retorno e agradece pelo espaço cedido pelo Sindicato Rural de Foz do Iguaçu e pelo apoio da técnica da SEAB, Sra. Solange, além disso elogia o trabalho desenvolvido pelo Secretário Executivo Valdenir e pela Chefe do DESAN, Sra. Márcia. Dessa forma, enaltece que juntos avançamos no fortalecimento da política de segurança alimentar e nutricional do Paraná.



Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional
do Paraná

Ata da 1ª Reunião Ordinária
Foz do Iguaçu, 14 e 15 de março de 2022.



Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB